berá uma gratificação que lhe será arbitrada pelo conselho a que se refere o artigo 7.º, cuja importância não poderá exceder a 1.000\$.

Art. 84.º O Instituto ficará sobre a direcção dum conselho constituído pelos professores das diversas disciplinas, o qual oportunamente proporá os locais e o modo por que estes cursos deverão funcionar, para o que deverá pôr-se de acôrdo com os estabelecimentos de ensino superior onde funcionarão esses cursos.

Art. 85.º O corpo docente nomeado tomará posse e occupar-se há da efectivação e regulamentação d'este curso no mais breve prazo possível.

Art. 86.º Para cumprimento d'este decreto será aberto pelo Ministério das Finanças, a favor do Ministério do Trabalho, o crédito necessário para fazer face às despesas por elle criadas até a inclusão da verba no futuro orçamento do referido Ministério do Trabalho.

CAPÍTULO XI

Disposições gerais e transitórias

Art. 87.º As águas minerais dos corpos e corporações administrativas podem ser administradas directamente ou adjudicada em hasta pública a sua exploração, mediante autorização do Governo.

Art. 88.º As águas minerais e os estabelecimentos hidroterápicos pertencentes ao Estado, explorados directamente por este ou dados de arrendamento, ficam sujeitos às disposições desta lei e sob a jurisdição do Ministério do Trabalho.

Art. 89.º Todos os indivíduos ou empresas que actualmente exploram águas minerais sem alvará de concessão, são obrigados a requerer a concessão no prazo improrrogável de seis meses, sob pena de abandono das respectivas nascentes, nos termos da presente lei.

Art. 90.º Todos os processos de concessão de águas minerais, existentes à data da publicação desta lei, regular-se-hão pelas decretos de 30 de Setembro de 1892 e 5 de Julho de 1894.

Art. 91.º Os actuais concessionários ficam obrigados às disposições desta lei.

Art. 92.º O Governo promulgará os regulamentos necessários para a execução da presente lei.

Art. 93.º Esta lei entra immediatamente em vigor, ficando revogada toda a legislação em contrário.

Determina-se portanto que todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer, o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nele se contém.

Paços do Governo da República, 10 de Maio de 1918.—
JOÃO DO CANTO E CASTRO SILVA ANTUNES — *Domingos Leite Pereira* — *António Joaquim Granjo* — *Amílcar da Silva Ramada Curto* — *António Maria Baptista* — *Vitor José de Deus de Macedo Pinto* — *Xavier da Silva Júnior* — *Júlio do Patrocínio Martins* — *João Lopes Soares* — *Leonardo José Coimbra* — *Jorge de Vasconcelos Nunes* — *Luis de Brito Guimarães*.

MINISTÉRIO DOS ABASTECIMENTOS

Secretaria Geral

Decreto n.º 5:787-G

Considerando que se torna indispensável e urgente remodelar o Ministério dos Abastecimentos de molde a conseguir-se uma maior homogeneidade nos serviços que lhe estão distribuídos;

Considerando que as circunstâncias económicas derivadas da guerra se hão-de manter ainda por largo tempo, embora tudo faça crer que se irão atenuando successiva e gradualmente;

Considerando que é de toda a justiça conferir aos indivíduos que ali têm prestado serviço, os direitos de funcionários de Estado, garantindo-lhes o ingresso em outros Ministérios, quando pela melhoria de condições económicas do país seja aconselhada a dispersão por outros organismos públicos dos serviços centralizados actualmente no Ministério dos Abastecimentos;

O Governo da República Portuguesa decreta, e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Organização do Ministério dos Abastecimentos e Transportes

TÍTULO I

CAPÍTULO I

Organização dos serviços

Distribuição

Artigo 1.º Os serviços a cargo do Ministério dos Abastecimentos e Transportes distribuem-se pelos seguintes organismos:

- a) Repartição do Gabinete do Ministro;
- b) Repartição Central;
- c) Direcção Geral do Comércio Interno;
- d) Direcção Geral do Comércio Externo;
- e) Delegação Geral no Norte;
- f) Serviços dos Caminhos de Ferro;
- g) Serviços dos Transportes Marítimos;
- h) Inspecção de Fiscalização;
- i) Repartição de Contabilidade Privativa do Ministério;
- j) Tesouraria Privativa do Ministério.

CAPÍTULO II

Repartição do Gabinete

Art. 2.º A Repartição do Gabinete tem a seu cargo:

- a) A correspondência dirigida ao Ministro;
- b) A interferência nos assuntos de carácter reservado, nos que expressamente lhe forem cometidos pelo Ministro e naqueles que não competirem a alguns dos outros organismos do Ministério;
- c) A transmissão de ordens verbais ou escritas do Ministro para todos os serviços do Ministério;
- d) A inspecção de todos os celheiros municipais e paroquiais do país e doutros serviços do Ministério.

CAPÍTULO III

Repartição central

Art. 3.º A Repartição Central comprehende duas secções e tem a seu cargo:

- a) A recepção e distribuição pelas diversas Repartições do Ministério de todo o expediente;
- b) Os termos de posse dos funcionários do Ministério;
- c) O expediente e arquivo dos diplomas legislativos;
- d) A requisição de todo o material, expediente e mobiliário para serviço do Ministério e a guarda do que não estiver distribuído;
- e) Registo e cadastro do pessoal do Ministério;
- f) Organização do mapa do movimento e situação do pessoal da sua Repartição que enviará mensalmente à Repartição de Contabilidade;
- g) Inspecção de serviço médico, determinado superiormente;
- h) Informação jurídica de todos os processos em que per despacho ministerial seja mandado ouvir.

CAPÍTULO IV

Direcção Geral do Comércio Interno

Art. 4.º A Direcção Geral do Comércio Interno compete tomar todas as providências tendentes a regular o abastecimento do país em géneros de primeira necessidade.

Art. 5.º A Direcção Geral do Comércio Interno compreende quatro repartições, armazéns e despensa dos funcionários públicos.

Art. 6.º A 1.ª Repartição — Cereais, farinhas e panificação — tem três secções:

a) A 1.ª secção compete o serviço de trânsito de cereais e produtos panificáveis;

b) A 2.ª secção compete a aquisição e distribuição daquelles artigos;

c) A 3.ª secção compete disponibilidades e rateios.

Art. 7.º A 2.ª Repartição — Produtos alimentícios o expediente — tem cinco secções:

a) A 1.ª secção compete o expediente da Repartição e géneros não especificados;

b) A 2.ª secção compete o serviço de açúcares;

c) A 3.ª secção compete o serviço de óleos alimentares;

d) A 4.ª secção compete o serviço de arroz, tubérculos e legumes;

e) A 5.ª secção compete o serviço de carnes, peixe e derivados.

Art. 8.º A 3.ª Repartição — Armazéns e trânsitos — tem duas secções:

a) A 1.ª secção compete o serviço de despachos, passagens e recolhas das mercadorias e entrega das mesmas conforme as distribuições;

b) A 2.ª secção compete o serviço de armazenagem.

Art. 9.º A 4.ª Repartição, informações comerciais, tem duas secções:

a) A 1.ª secção compete o serviço de inquéritos;

b) A 2.ª secção compete o serviço de publicidade.

Art. 10.º Junto desta Direcção Geral funciona a despensa para o fornecimento e distribuição de géneros aos funcionários públicos.

Art. 11.º A Direcção Geral, pela sua 1.ª Repartição, organizará e enviará mensalmente às Repartições de Contabilidade e Central um mapa do movimento e situação de todos os seus funcionários.

CAPÍTULO V

Direcção Geral do Comércio Externo

Art. 12.º A Direcção Geral do Comércio Externo compete tomar as providências necessárias sobre os serviços de exportação e importação de mercadorias para o abastecimento nacional.

Art. 13.º A Direcção Geral do Comércio Externo compreende duas Repartições:

a) A 1.ª Repartição divide-se em três secções: expediente e pessoal, importações e exportações, relações internacionais e alterações nas sobretaxas;

b) A 2.ª Repartição divide-se em duas secções: requisições, mercadorias dos navios ex-alemães, arrematações e vendas.

Art. 14.º A Direcção Geral do Comércio Externo corresponde-se directamente com todas as Alfândegas a quem dará conhecimento das autorizações concedidas para importação ou exportação de mercadorias transmitindo as precisas instruções para a sua efectivação.

§ único. As atribuições conferidas a esta Direcção Geral não invalidam as funções próprias dos serviços aduaneiros e os da respectiva Repartição do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Art. 15.º A Direcção Geral, pela sua 1.ª Repartição, organizará e enviará mensalmente às Repartições de Contabilidade e Central o mapa a que se refere o artigo 11.º.

CAPÍTULO VI

Delegação Geral do Norte

Art. 16.º Esta delegação tem a sede no Porto e compõe-se dos distritos de Aveiro, Braga, Bragança, Porto, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu.

Art. 17.º Compete-lhe:

a) Dirigir na sua zona todos os serviços que nesta organização são atribuídos às direcções gerais do Ministério e de acôrdo com elas;

b) Arroceadar as importâncias provenientes das vendas de todos os géneros fornecidos aos distritos da sua zona;

Art. 18.º Os lucros legais provenientes dos fornecimentos aos distritos da sua zona continuarão a ter a applicação que lhes destinou a extinta comissão administrativa.

§ único. Dêstes lucros podem aplicar-se as quantias bastantes para satisfazer as despesas com o pessoal ou material que não tenham sido provistas nas dotações orçamentais e que sejam de natureza absolutamente especial.

Art. 19.º Esta delegação tem duas secções e armazéns:

a) A 1.ª secção compete todo o serviço de pessoal e expediente;

b) A 2.ª secção compete o serviço de contabilidade da delegação e armazéns, e enviar aos seus destinos o mapa a que se refere o artigo 11.º

Art. 20.º Ao delegado geral do norte que tem na sua zona a competência atribuída aos directores gerais será abonada mensalmente, pelos serviços de inspecção aos distritos, a importância da ajuda de custo a que têm direito os funcionários da sua categoria.

CAPÍTULO VII

Serviços dos Caminhos de Ferro

Art. 21.º Os serviços dos Caminhos de Ferro continuam com a actual organização.

CAPÍTULO VIII

Serviços dos Transportes Marítimos

Art. 22.º Os serviços dos Transportes Marítimos continuam com a actual organização.

CAPÍTULO IX

Fiscalização

Art. 23.º O serviço da Fiscalização dos Abastecimentos é directamente subordinado ao inspector da Fiscalização.

Art. 24.º O serviço da Fiscalização que é feito de acôrdo com as direcções gerais compreende duas Repartições:

a) Compete à 1.ª Repartição todo o serviço de pessoal e expediente, competindo-lhe mais organizar e enviar em relação ao pessoal interno, o mapa a que se refere o artigo 11.º

b) Compete à 2.ª Repartição, que tem duas secções, o serviço de Contencioso e Fiscalização.

CAPÍTULO X

Serviços de Contabilidade

Art. 25.º O Ministério tem uma Repartição de Contabilidade privativa com quatro secções:

a) A 1.ª secção compete o processamento das folhas de vencimento e outros abonos do pessoal de todo o Ministério e igualmente na parte relativa às despesas de material e diversas e enviar à Repartição Central o mapa a que se refere o artigo 11.º;

b) A 2.ª secção compete o serviço de contabilidade geral;

c) A 3.ª secção compete o movimento de fundos;

d) A 4.ª secção compete o expediente da Repartição e Arquivo.

Art. 26.º Os serviços referentes à contabilidade pública constituem a partir de 1 de Julho de 1919 encargo da 2.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública no Ministério das Finanças.

Art. 27.º A despesa a realizar no ano económico de 1918-1919 com a presente organização será satisfeita pelas verbas consignadas na actual dotação do Ministério.

§ 1.º Até 15 do próximo mês de Junho de 1919 a Repartição de Contabilidade privativa do Ministério organizará e enviará à 2.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública o orçamento da despesa para o futuro ano económico de 1919-1920, e à 1.ª Repartição da mesma Direcção Geral o orçamento das receitas para o mesmo ano económico.

§ 2.º As despesas de material, expediente e todas as outras de carácter variável serão fixadas pelo chefe da Repartição de Contabilidade privativa do Ministério, de acôrdo com os chefes dos vários serviços e incluídas em orçamento sob despacho ministerial.

§ 3.º De futuro a Repartição de Contabilidade privativa do Ministério procederá neste ramo de serviço de harmonia com as instruções emanadas da Direcção Geral da Contabilidade Pública.

Art. 28.º O produto da aplicação das multas e todas as receitas de quaisquer proveniências constituem receita do Estado e darão entrada na Secção do Tesouro do Banco de Portugal, por meio de guias passadas pela Repartição de Contabilidade privativa do Ministério e visadas na 2.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública.

§ único. A parte das multas que competir aos funcionários do Ministério dos Abastecimentos será abonada em face de fôlhas organizadas pela Repartição de Contabilidade privativa, realizando-se porêm a sua liquidação e ordenamento pela 2.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública, não podendo contudo o respectivo ordenamento exceder, em qualquer circunstância, a importância arrecadada nos termos d'êste artigo.

Art. 29.º Mensalmente, a título de gratificação, abonase ao director da 2.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública, e ao pessoal por êle indicado, a quantia de 300\$ em conta do orçamento do Ministério dos Abastecimentos.

§ único. O aludido director fixará mensalmente a distribuição a fazer da verba indicada.

Art. 30.º As prescrições sobre contratos de compra ou venda contidas nas leis ou regulamentos da contabilidade pública e do Conselho Superior de Finanças são applicáveis ao serviço d'êste Ministério.

Art. 31.º Os funcionários ficam com direito à aposentação se assim o requererem, no prazo de trinta dias, a contar da data da sua nomeação.

§ único. Competem à Direcção Geral da Contabilidade Pública as determinações sobre êste serviço e as instruções a observar para a efectivação d'êste artigo.

Art. 32.º As relações entre o pessoal do Ministério e a Caixa Geral de Depósitos sobre o abôno de adiantamentos, nos termos da legislação em vigor, são suspensas até resolução parlamentar.

Art. 33.º Aos funcionários do Ministério e quaisquer das suas dependências, autónomas ou não, é applicável a doutrina do artigo 97.º do decreto n.º 5:524, de 8 do corrente mês, que reorganizou o serviço do Ministério das Finanças.

CAPÍTULO II

Tesouraria privativa do Ministério

Art. 34.º A tesouraria é destinada a efectuar o recebimento e o pagamento de todas as receitas e despesas legalizadas pela Repartição de Contabilidade privativa do Ministério.

§ 1.º O tesoureiro e o fiel como exactores ficam obrigados a todas as disposições legais que regulam os serviços das tesourarias e a prestar a caução que pela Direcção Geral da Fazenda Pública fôr fixada.

§ 2.º Enviar e organizar o mapa a que se refere o artigo 11.º

TÍTULO II

Distribuição de pessoal, suas atribuições e vencimentos

CAPÍTULO I

Art. 35.º A Repartição de Gabinete compõe-se de:

- 1 chefe de gabinete.
- 2 secretários.
- 1 inspector de celeiros.
- 1 inspector de celeiros, adjunto.
- 2 segundos ou terceiros officiais.
- 5 praticantes.
- 3 correios.
- 1 *chauffeur*.
- 1 ajudante de *chauffeur*.
- 3 contínuos.
- 3 serventes.

§ único. O chefe de gabinete e os dois secretários são de livre escolha do Ministro.

Art. 36.º A Repartição Central compõe-se de:

- 1 chefe de repartição.
- 1 médico.
- 1 consultor-jurídico.
- 2 primeiros officiais, chefes de secção.
- 6 segundos officiais.
- 10 terceiros officiais.
- 10 praticantes.
- 1 informador.
- 1 informador ajudante.
- 1 chefe do pessoal menor.
- 1 ajudante do chefe do pessoal menor.
- 1 porteiro.
- 1 ajudante do porteiro.
- 3 contínuos.
- 2 serventes.
- 1 electricista.
- 1 telefonista.

Art. 37.º A Direcção Geral do Comércio Interno compõe-se de:

- 1 director geral.
- 4 chefes de repartição.
- 12 primeiros officiais, chefes de secção.
- 18 segundos officiais.
- 40 terceiros officiais.
- 24 praticantes.
- 1 fiel-chefe.
- 12 fiéis de armazém.
- 15 fiéis pesadores.
- 1 vigilante.
- 1 guarda.
- 3 *chauffeurs* de camiões.
- 1 ajudante de *chauffeur*.
- 2 moços de armazém.
- 1 gerente da despensa.
- 2 encarregados da distribuição e venda.
- 2 ajudantes.
- 5 contínuos.
- 12 serventes.

Art. 38.º A Direcção Geral do Comércio Externo compõe-se de:

- 1 director geral.
- 2 chefes de repartição.
- 5 primeiros officiais, chefes de secção.
- 10 segundos officiais.
- 16 terceiros officiais.
- 10 praticantes.
- 3 contínuos.
- 6 serventes.

Art. 39.º A Delegação Geral do Norte compõe-se de:

- 1 delegado geral.
- 2 primeiros oficiais, chefes de secção.
- 2 segundos oficiais.
- 10 terceiros oficiais.
- 1 praticante.
- 2 fiéis de armazém.
- 1 contínuo.
- 2 serventes.

Art. 40.º O pessoal dos serviços de caminhos de ferro é fixado na respectiva lei orgânica.

Art. 41.º O pessoal dos Serviços dos Transportes Marítimos será fixado pelo Conselho de Administração da Marinha Mercante Nacional, nos termos da sua lei orgânica.

Art. 40.º A Inspeção da Fiscalização compõe-se de:

- 1 inspector.
- 2 chefes de repartição.
- 3 primeiros oficiais, chefes de secção.
- 8 segundos oficiais.
- 15 terceiros oficiais.
- 10 praticantes.
- 100 agentes de fiscalização de 1.ª classe.
- 200 agentes de fiscalização de 2.ª classe.
- 3 contínuos.
- 5 serventes.

Art. 42.º A Repartição de Contabilidade privativa do Ministério compõe-se de:

- 1 chefe de repartição.
- 4 primeiros oficiais, chefes de secção.
- 9 segundos oficiais.
- 26 terceiros oficiais.
- 12 praticantes.
- 2 contínuos.
- 4 serventes.

Art. 43.º A tesouraria privativa do Ministério compõe-se de:

- 1 tesoureiro.
- 1 fiel.
- 3 praticantes.
- 1 contínuo.
- 2 serventes.

CAPÍTULO II

Vencimentos

Art. 44.º Os vencimentos anuais do pessoal do Ministério são os seguintes:

Director ou delegado geral	2.400\$00
Inspector da fiscalização	2.160\$00
Inspector de celeiros (a)	—
Inspector de celeiros adjunto	1.620\$00
Médico — gratificação de exercício	480\$00
Consultor jurídico	1.440\$00
Chefes de Repartição	1.440\$00
Primeiros oficiais, chefes de secção	1.200\$00
Segundos oficiais	840\$00
Terceiros oficiais	600\$00
Praticantes	480\$00
Correios	420\$00
Chauffeur do gabinete	660\$00
Ajudante do chauffeur do gabinete	480\$00
Informador	600\$00
Informador ajudante	480\$00
Chefe do pessoal menor	840\$00
Ajudante do chefe do pessoal menor	600\$00
Contínuos	420\$00
Serventes	360\$00

Porteiro	480\$00
Ajudante do porteiro	420\$00
Electricista	480\$00
Telefonista — gratificação	244\$00
Gerente da despensa	1.200\$00
Encarregado da distribuição e venda	840\$00
Ajudante de distribuição e venda	480\$00
Agente de fiscalização de 1.ª classe	600\$00
Agente de fiscalização de 2.ª classe	540\$00
Fiel chefe	1.320\$00
Fiel de armazém	720\$00
Fiel pesador	600\$00
Vigilante	480\$00
Chauffeur de camião	600\$00
Ajudante de chauffeur de camião	480\$00
Guarda	432\$00
Moço de armazém	432\$00

(a) Este vencimento será fixado de harmonia com o artigo 55.º e seus parágrafos d'este decreto.

§ 1.º Aos funcionários do Ministério é aplicável a doutrina dos decretos n.ºs 3:420, 4:056, 4:087 e 4:388, respectivamente, de 5 de Outubro de 1917, 6 e 13 de Abril e 27 de Maio de 1918.

§ 2.º Aos funcionários do Ministério cujo vencimento actual seja superior ao fixado nesta organização será o excedente considerado como subvenção a caducar, nos termos da legislação em vigor.

CAPÍTULO III

Atribuições

Art. 45.º Aos Directores Gerais compete:

- 1.º Submeter a despacho ministerial os assuntos que dele careçam;
- 2.º Superintender em todo o serviço da sua Direcção;
- 3.º Indicar à Inspeção da Fiscalização as necessidades do serviço que com ela se prenda;
- 4.º Executar e fazer executar as leis, regulamentos e ordens do Ministro.

Art. 46.º O Inspector da Fiscalização superintende nos serviços da fiscalização privativa do Ministério e tem sobre o pessoal da Fiscalização a competência atribuída aos Directores Gerais, submetendo a despacho ministerial os assuntos da Inspeção que dele careçam.

Art. 47.º Ao Inspector dos celeiros compete:

- 1.º Inspeccionar todos os celeiros municipais ou paroquiais e apresentar ao Ministro o respectivo relatório das suas inspecções, podendo apresentar alvitres a bem do serviço público;
- 2.º Estudar e dar parecer por escrito os assuntos que lhe forem indicados pelo Ministro e que se relacionem com os serviços da sua especialidade;
- 3.º Requisitar o pessoal ou documentos que lhe sejam necessários para o bom desempenho do serviço que lhe for determinado pelo Ministro.

Art. 48.º Aos Chefes de Repartição compete:

- 1.º Dirigir o serviço da sua Repartição, mantendo regularidade no trabalho, a ordem e a disciplina;
- 2.º Estudar e resolver os assuntos que sejam da competência da sua Repartição;
- 3.º Os das Repartições Central e da Contabilidade privativa e o tesoureiro submetem a despacho ministerial os assuntos das suas Repartições que dele careçam.

Art. 49.º Aos demais funcionários compete cumprir as determinações dos seus superiores que lhe forem legalmente dadas e executar com zelo e diligência os trabalhos que lhes sejam distribuídos.

Art. 50.º Aos agentes de fiscalização compete:

- 1.º Desempenhar os serviços que lhes forem determinados pelo inspector e os previstos em leis, regulamentos e instruções em vigor;

2.º Informar a inspecção de todas as ocorrências importantes de que tenham conhecimento e das providências que tomarem em casos extremos;

3.º Subordinarem-se à direcção dos delegados distritais do Ministério quando em serviço nos vários distritos a quem devam apresentar-se seguindo em objecto de serviço as instruções da Inspecção.

CAPÍTULO IV

Disposições diversas e transitórias

Art. 51.º São considerados para todos os efeitos terceiros oficiais os funcionários que forem nomeados para prestarem serviço no Ministério, com excepção dos que têm designações especiais como directores gerais, correios, chefe do pessoal menor, continuos, serventes, fiéis, porteiro, vigilante, guarda, moço de armazém, gerente e encarregados da despensa, agentes, praticantes, etc.

§ 1.º Para o provimento dos lugares de segundos oficiais é considerado aberto durante quinze dias, a contar da data da publicação deste decreto, o respectivo concurso, ao qual só podem concorrer os terceiros oficiais do Ministério que o requererem, devendo instruir os seus requerimentos com quaisquer documentos, mas obrigatoriamente com certidão de nascimento, certidão de registo criminal e certidão de comportamento moral e civil passado pela autoridade administrativa (em Lisboa será o atestado policial).

§ 2.º Trinta dias depois de concluídos os concursos de que trata o § anterior proceder-se há a concurso para os lugares de primeiros oficiais, ao qual só poderão concorrer os segundos oficiais do Ministério que o requererem no prazo de dez dias a contar da data do provimento dos lugares de segundos oficiais.

§ 3.º Para os lugares de agentes de fiscalização da 1.ª classe é considerado aberto durante quinze dias, a contar da data da publicação do presente decreto, o respectivo concurso, ao qual só poderão concorrer os agentes de fiscalização do Ministério, devendo acompanhar os seus requerimentos dos atestados a que se refere o § 1.º deste artigo.

§ 4.º Os presidentes dos júris para estes concursos serão nomeados pelo Ministro dos Abastecimentos e os vogais serão requisitados aos outros Ministérios pelos presidentes destes júris.

§ 5.º Aos membros destes júris será abonada a cada um a ajuda de custo de 3\$ por sessão.

§ 6.º De futuro e após estes concursos as vagas serão preenchidas da seguinte forma:

De primeiros oficiais, sempre por concurso, entre os segundos oficiais do Ministério;

De segundos oficiais, alternadamente por concurso e antiguidade, entre os terceiros oficiais do Ministério;

De terceiros oficiais, por concurso público, que constará de duas provas, uma oral e outra escrita, entre os praticantes com mais de um ano de efectivo e bom serviço à data da abertura do respectivo concurso e os individuos estrangeiros que tenham pelo menos:

- a) Curso superior do comércio;
- b) Antigo curso comercial da Escola de Construções, Indústria e Comércio de Lisboa, ou Instituto Industrial e Comercial do Porto, ou curso dos Institutos Comerciais de Lisboa ou Porto;
- c) Curso de regentes agrícolas ou equivalentes;
- d) Curso dos liceus e prova de terem feito exame de escripturação comercial em qualqer das escolas comerciais do Estado.

e) De praticantes por concurso documental entre os individuos de ambos os sexos, devendo prestar uma prova dactilográfica à escolha do júri respectivo.

§ 7.º Enquanto houver praticantes cuja nomeação seja resultante da primeira colocação nos termos do presente

decreto, todas as vagas de terceiros oficiais serão preenchidas por estes, conforme a sua ordem de antiguidade.

Art. 52.º A primeira colocação do pessoal nos quadros será feita livremente pelo Ministro.

§ único. Os funcionários que ficarem fora dos quadros serão colocados, nas vagas de terceiros oficiais ou nas de agentes, pela ordem porque foram indicados no decreto de nomeação.

Art. 53.º Todo o pessoal que pertença a outros Ministérios, que se encontre prestando serviço no dos Abastecimentos, é colocado fora dos quadros, continuando a prestar serviço em comissão desde que sejam autorizados a exercê-la pelo Ministro dos Ministérios a que pertençam, devendo regressar aos seus lugares logo que sejam dispensados.

§ único. Os actuais directores gerais, tesoureiro e chefes de repartição poderão continuar a exercer as suas funções nas condições em que se encontrem à data da publicação deste decreto.

Art. 54.º De futuro as nomeações de directores gerais serão de livre escolha do Ministro, e as de chefe de repartição entre os primeiros oficiais do Ministério, por escolha do Ministro.

Art. 55.º O lugar de inspector dos Celeiros é desempenhado, em comissão, por um funcionário da Direcção Geral da Contabilidade Pública, sob proposta do respectivo director geral, e nomeado pelo Ministro dos Abastecimentos.

§ 1.º Ao funcionário que for nomeado para esta comissão não lhe poderá ela ser dada por finda antes de decorrido o prazo mínimo de cinco anos, a contar da data da sua nomeação.

§ 2.º O funcionário que for nomeado para esta comissão de serviço deixa vaga no seu quadro, que deve ser preenchida nos termos legais.

§ 3.º O funcionário que for nomeado para esta comissão recebe os vencimentos nos termos em que são abonados os dos funcionários da sua Direcção Geral, conforme a organização do Ministério das Finanças, publicada no *Diário do Governo* com o decreto n.º 5:524, de 8 de maio de 1919, devendo inscrever-se no orçamento do Ministério dos Abastecimentos para vencimentos e correspondentes descontos, as importâncias que forem necessárias para esse fim, ficando o Governo autorizado a abrir os créditos que forem necessários para este fim.

§ 4.º Pertence à 2.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública a determinação das importâncias a que se refere o parágrafo anterior.

§ 5.º A este funcionário é abonada, quando em serviço fora do concelho de Lisboa, a ajuda de custo a que têm direito os funcionários da sua categoria.

§ 6.º Este funcionário corresponde-se oficialmente com todas as autoridades.

Art. 56.º O lugar de inspector dos celeiros adjunto é desempenhado, em comissão, por um funcionário de outro Ministério nomeado pelo Ministro dos Abastecimentos.

§ único. A este funcionário é inteiramente applicável a doutrina dos §§ 1.º e 5.º do artigo 55.º

Art. 57.º A todos os funcionários do Ministério dos Abastecimentos e suas dependências, autónomas ou não, é absolutamente vedado o exercicio de qualquer ramo de negócio ou comércio.

Art. 58.º É applicável a todos os funcionários do Ministério, que não tenham regulamento especial, o disciplinar dos funcionários públicos, de 22 de Fevereiro de 1918.

Art. 59.º As disposições da lei n.º 403, de 31 de Agosto de 1915 são applicáveis ao pessoal do Ministério nas suas relações com o Estado ou com os estabelecimentos subsidiários do Estado.

Art. 60.º A antiguidade de todos os funcionários dos

quadros do Ministério é contada da data da sua posse, nos lugares que ficam exercendo por efeito desta organização.

Art. 61.º Os serviços dos Caminhos de Ferro, Transportes Marítimos e Marinha Mercante Nacional, continuam a reger-se por disposições especiais.

Art. 62.º Aos membros da Junta Consultiva da Marinha Mercante Nacional é abonada, a cada um, a gratificação de 15\$ por cada sessão a que compareçam.

Art. 63.º Os funcionários que, nos termos do § único do artigo 52.º, ficarem fora dos quadros, são considerados em disponibilidade e em serviço.

Art. 64.º Os actuais delegados do Ministério, nos diferentes distritos do continente, constituem pessoal provisório a dispensar do serviço, logo que as circunstâncias económicas do país o permitam.

§ 1.º A estes delegados continuará a ser abonada a gratificação que actualmente percebem.

§ 2.º Estes delegados poderão ser nomeados terceiros oficiais do Ministério se o requererem no prazo de dez dias a contar do da publicação deste decreto; sendo nomeados, perceberão o vencimento dos funcionários desta

categoria e recolhem ao Ministério indo ocupar na escala o lugar imediatamente à esquerda dos abrangidos pelo artigo 52.º e seu § único.

Art. 65.º Este decreto com força de lei entra imediatamente em vigor.

Art. 66.º O Governo, pelo Ministro dos Abastecimentos e Transportes publicará os regulamentos necessários para a completa execução dos seus serviços.

Art. 67.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto que todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução deste decreto com força de lei pertencer, o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nele se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam publicar. Paços do Governo da República, 10 de Maio de 1919.—
JOÃO DO CANTO E CASTRO SILVA ANTUNES—*Domingos Leite Pereira*—*António Joaquim Granjo*—*Amílcar da Silva Ramada Curto*—*António Maria Baptista*—*Vitor José de Deus de Macedo Pinto*—*Xavier da Silva Júnior*—*Júlio do Patrocínio Martins*—*João Lopes Soares*—*Leonardo José Coimbra*—*Jorge de Vasconcelos Nunes*—*Luis de Brito Guimarães*.